

# CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

AJUSTE DIRETO

**“Serviço de Encarregado de Proteção de Dados Externo, com a continuação do processo de implementação do RGPD”**

Valor Base: €19.800,00 (*dezanove mil e oitocentos euros*)

Prazo de execução: 12 (*doze*) meses

*Ajuste Direto nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 16º e Capítulo I, do título I da Parte II do CCP - Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.*

# CADERNO DE ENCARGOS

---

## ÍNDICE

- 1. Disposições Gerais**
  - 1.1. Objeto
  - 1.2. Contrato
  - 1.3. Prazo
- 2. Obrigações contratuais**
  - 2.1. Obrigações principais do prestador de serviços
  - 2.2. Fases da prestação do serviço
- 3. Prazo da prestação do serviço**
- 4. Dever de sigilo**
  - 4.1. Objeto do dever de sigilo
- 5. Proteção de dados pessoais**
- 6. Preço contratual**
- 7. Condições de pagamento**
- 8. Penalidades contratuais**
- 9. Força maior**
- 10. Resolução por parte do contraente público**
- 11. Resolução por parte do prestador de serviços**
- 12. Foro competente**
- 13. Comunicações e notificações**
- 14. Contagem de prazos**
- 15. Legislação aplicável**

## **1. Disposições Gerais**

### **1.1. Objeto**

- 1.1.1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal o serviço de Encarregado de Proteção de Dados Externo, com a continuação do processo de implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), de acordo com as características técnicas definidas no presente Caderno de Encargos.
- 1.1.2. Atento o disposto nos números anteriores, o prestador de serviço obriga-se a prestar os serviços de acordo com os termos previstos neste Caderno de Encargos e na proposta adjudicada.

### **1.2. Contrato**

- 1.2.1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos<sup>1</sup>, regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, adiante abreviadamente designado por CCP, em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 450.º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.
- 1.2.2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
- a)** Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b)** Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c)** O presente Caderno de Encargos;
  - d)** A proposta adjudicada;
  - e)** Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

---

<sup>1</sup> Esta disposição apenas é aplicável quando o contrato for reduzido a escrito (cfr. artigos 94.º e 95.º do Código dos Contratos Públicos)

- 1.2.3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 1.2.4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1.2.2. e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

## **2. Obrigações contratuais**

### **2.1. Obrigações principais do prestador de serviços**

- 2.1.1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, em especial no CCP, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
  - a) Obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta, de acordo com as condições técnicas especiais, identificadas neste Caderno de Encargos;
  - b) Obrigação da prestação dos serviços em conformidade com os princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
  - c) Obrigação de emissão de respostas, informações e pareceres diversos quando consultados pela entidade adjudicante, em tempo útil, de acordo com o previsto neste Caderno de Encargos;
  - d) Obrigação de participação nas reuniões de trabalho, presenciais e à distância, que se tornem necessárias e solicitadas pela entidade adjudicante;
  - e) Obrigação de elaboração de relatórios mensais com a descrição dos serviços prestados;
  - f) Obrigação de comunicar à entidade adjudicante, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações.

2.1.2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

### **3. Prazo de prestação do serviço**

3.1. O contrato terá uma duração de 12 (doze) meses, com início após celebração de contrato.

### **4. Dever de sigilo**

#### **4.1. Objeto do dever de sigilo**

4.1.1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa aos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

4.1.2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

4.1.3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

### **5. Proteção de dados pessoais**

5.1. Para efeitos da proteção de dados pessoais, o cocontratante assume, incondicionalmente, em matéria de dados pessoais, quer no decurso da vigência contratual, quer, quando aplicável e ou exigível, após cessação contratual, na obrigação do exímio e escrupuloso cumprimento do disposto na legislação sobre

proteção de dados, nacional e europeia, designadamente o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, bem como a lei que assegura a sua execução na ordem jurídica interna, a Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto (Lei da Proteção de Dados Pessoais).

5.2. Para efeitos do disposto na presente cláusula, no âmbito do contrato, a obrigação referida incluirá o cumprimento de todos os demais deveres e obrigações estipulados nestas matérias, à luz e ao abrigo do direito nacional e comunitário aplicáveis.

## **6. Preço contratual**

6.1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, os Serviços Municipalizados de Castelo Branco devem pagar ao prestador de serviços, no final de cada mês, o valor definido na proposta.

6.2. O preço contratual será pago mensalmente, mediante envio de relatório mensal elaborado pelo prestador de serviço, com a descrição dos serviços prestados.

6.3. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação, transporte, despesas de aquisição de software e hardware, armazenamento e manutenção de meios materiais].

## **7. Condições de pagamento**

7.1. A quantia devida pelos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, nos termos das condições de pagamento apresentadas pelo adjudicatário, deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

7.2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com o cumprimento das obrigações previstas no presente procedimento, incluindo a elaboração do relatório do mês respetivo.

7.3. Em caso de discordância por parte dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

## **8. Penalidades contratuais**

8.1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, os Serviços Municipalizados de Castelo Branco podem exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento das obrigações contratuais, até ao valor de 10% do preço contratual;
- b) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, os Serviços Municipalizados de Castelo Branco podem exigir-lhe uma pena pecuniária até ao valor de 20 % do preço contratual;
- c) Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo da alínea a) do ponto 8.1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução;
- d) Na determinação da gravidade do incumprimento, os Serviços Municipalizados de Castelo Branco têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento;
- e) As penas pecuniárias previstas no presente ponto não obstam a que os Serviços Municipalizados de Castelo Branco exijam uma indemnização pelo dano excedente.

## **9. Força maior**

9.1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é tido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de

qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

9.2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do ponto anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

9.3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

9.4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

9.5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



## **10. Resolução por parte do contraente público**

10.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, os Serviços Municipalizados de Castelo Branco podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no seguinte caso:

- a) Pelo atraso na prestação dos serviços contratados;
- b) Pela não prestação dos serviços contratados.

10.2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

## **11. Resolução por parte do prestador de serviços**

11.1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 180 dias ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

11.2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos do ponto 12.

11.3. Nos casos previstos na alínea a) do ponto 11.1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada aos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

11.4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

## **12. Foro competente**

12.1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **13. Comunicações e notificações**

13.1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

13.2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

#### **14. Contagem dos prazos**

14.1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **15. Legislação aplicável**

15.1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Atenta a necessidade de dar continuidade e consolidar internamente a implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados, bem como do corpo normativo, proceder à atualização do registo das atividades de tratamento (RAT) e assegurar o serviço de Encarregado de Proteção de Dados Externo, revela-se necessária a contratação de aquisição de serviços nos seguintes termos:

- Informar e aconselhar os Serviços Municipalizados de Castelo Branco a respeito das suas obrigações nos termos do Regulamento de Proteção de Dados;
- Controlar a conformidade com o regime da proteção de dados, incluindo a repartição de responsabilidades, promover uma cultura na organização que garanta a sensibilização, designadamente com a formação dos trabalhadores;
- Prestar aconselhamento no que respeita à avaliação de impacto sobre a proteção de dados e controlar a sua realização (se existir essa necessidade);
- Servir de ponto de contacto com os titulares quanto aos tratamentos de dados realizados pela instituição e autoridades de controlo;

- No âmbito do serviço de EPD reunir, preferencialmente, nas instalações dos Serviços Municipalizados, com as áreas funcionais dos Serviços Municipalizados, pelo menos, uma vez por mês;
- Definir os procedimentos operacionais exigidos a cada uma das unidades orgânicas da organização, para garantir o cumprimento das obrigações de proteção de dados e segurança de informação;
- Revisitar e efetuar o registo de atividades de tratamento;
- Levantamento e identificação de normas e procedimentos a implementar na organização para continuação da elaboração de um corpo normativo, nomeadamente, elaboração de uma política de retenção de dados, *logs* e correio eletrónico, política de gestão de partes interessadas, proposta de um modelo de governo, auxiliar na definição da *check list* de condições obrigatórias de segurança e proteção de dados nos prestadores de *software*;
- Dar suporte na área de proteção de dados no contexto dos sistemas de informação, designadamente na avaliação de novas aplicações informáticas e plataformas de forma a que as mesmas obedeçam na sua conceção e no seu desenvolvimento ao princípio da privacidade *by design*;
- Prestar consultoria especializada na clarificação de questões resultantes da aplicação dos regulamentos vigentes, em sede de proteção de dados a operações de tratamento, em curso ou a projetar;
- Apoiar na resolução de incidentes (violações de dados) e não conformidades legais nas diferentes áreas de intervenção da organização;
- Outras atividades de se afigurem necessárias durante a execução contratual ao bom cumprimento do contrato.

O tempo máximo de resposta às solicitações de apoio efetuados pela entidade adjudicante ao EPD será de 5 (cinco) dias, sem prejuízo deste prazo ser alargado a pedido fundamentado do EPD relativamente às questões que revelem especial complexidade técnica.